

SUMÁRIO

Abreviaturas	11
--------------------	----

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO, 13

1.1. Observações iniciais	15
1.2. Importância do tema	15
1.3. Principais questões a serem analisadas	22

CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO TOCANTE À REESTRUTURAÇÃO EXTRAJUDICIAL DAS EMPRESAS, 25

2.1. Introdução ao capítulo	27
2.2. O Período anterior ao Código Comercial de 1850	28
2.3. O Código Comercial de 1850 e os diversos Decretos de reforma	29
2.4. O Decreto nº 917, de 24 de outubro de 1890 e a criação do acordo extrajudicial	31
2.5. A Lei nº 2.024, de 17 de dezembro de 1908	33
2.6. O Decreto-lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945	34

CAPÍTULO 3 – A REFORMA DO DIREITO CONCURSAL BRASILEIRO DE 2005: ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS SOLUÇÕES EXTRAJUDICIAIS À CRISE DAS EMPRESAS, 37

3.1. A insolvência empresarial no período de vigência do Decreto-Lei nº 7.661/45: as “concordatas brancas” e os processos extrajudiciais de renegociação de dívidas à margem da Lei	39
3.2. A necessidade de reforma do direito concursal brasileiro e o Projeto de Lei nº 4.376/93	41

3.3. Considerações sobre o trâmite do Projeto de Lei nº 4.376/93 e sobre o tratamento reservado às negociações extrajudiciais	42
3.3.1. O Projeto Biolchi	42
3.3.2. A Emenda Tebet e a configuração final da recuperação extrajudicial	43
3.4. A Lei nº 11.101/2005 e os institutos presentes no novo direito concursal brasileiro. A criação da recuperação extrajudicial e o advento da liberdade de negociação na insolvência empresarial	44

CAPÍTULO 4 – DIRETRIZES EMANADAS DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS, 47

4.1. Introdução ao Capítulo	49
4.2. Os princípios e diretrizes do Banco Mundial	49
4.3. UNCITRAL: Legislative Guide on Insolvency Law	53
4.4. Recomendações do Fundo Monetário Internacional	58

CAPÍTULO 5 – ASPECTOS RELEVANTES DA DISCIPLINA JURÍDICA DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL NA LEI 11.101/2005, 61

5.1. Considerações introdutórias sobre a disciplina da recuperação extrajudicial	63
5.1.1. A criação da recuperação extrajudicial e sua identificação com as tendências atuais do direito concursal	63
5.1.2. Visão geral da disciplina da recuperação extrajudicial: seus principais problemas e proposta de enfrentamento	65
5.2. O conceito de recuperação extrajudicial segundo a doutrina e a investigação existente acerca de sua natureza jurídica	71
5.3. As modalidades de recuperação extrajudicial disciplinadas na Lei nº 11.101/2005 e sua nomenclatura	83
5.4. Disposições comuns às duas modalidades de recuperação extrajudicial	90
5.4.1. Requisitos subjetivos	91
5.4.1.1. Crítica aos requisitos subjetivos	97

5.4.2. Os Requisitos objetivos: restrições de conteúdo do plano de recuperação extrajudicial	100
5.4.2.1. Proibição da prática de atos de falência (art. 94, III) e de atos passíveis de futura revogação (art. 130)	101
5.4.2.2. Proibição do tratamento desfavorável dos credores não sujeitos ao plano	105
5.4.2.3. A viabilidade econômica do plano de recuperação	107
5.4.2.4. Descumprimento de qualquer outra exigência legal ou inexistência de “outras irregularidades” que recomendem a rejeição do plano	110
5.4.3. Razões da exclusão de determinados créditos dos efeitos do plano de recuperação extrajudicial	111
5.4.3.1. Créditos simultaneamente excluídos da recuperação judicial e da recuperação extrajudicial	113
5.4.3.2. A exclusão dos créditos trabalhistas	118
5.5. Peculiaridades da modalidade de recuperação extrajudicial prevista no artigo 162 da Lei nº 11.101/2005	120
5.5.1. Análise comparativa da recuperação extrajudicial do art. 162 com a homologação de acordo extrajudicial prevista no Código de Processo Civil e na Lei 9.099/95	124
5.6. A modalidade de recuperação extrajudicial prevista no artigo 163 da Lei nº 11.101/2005	126
5.6.1. Divisão dos credores em espécies	130
5.6.2. Divisão dos credores em grupos de credores de mesma natureza e sujeito a semelhantes condições de pagamento	132
5.6.2.1. Os critérios para definição de grupos de credores da mesma natureza e sujeitos às mesmas condições de pagamento e a experiência estadunidense	137
5.7. Aspectos relevantes do procedimento judicial de homologação do plano de recuperação extrajudicial	140
5.7.1. Considerações introdutórias sobre o tópico	140
5.7.2. A legitimidade ativa no pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial	141
5.7.3. O foro competente para homologação do plano de recuperação extrajudicial	144

5.7.4. As impugnações ao pedido de homologação	147
5.7.4.1. Preenchimento do percentual mínimo do artigo 163 ...	150
5.7.4.2. Prática de atos previstos no inciso III do artigo 94 ou do artigo 130 e descumprimento dos requisitos previstos na Lei 11.101/2005	152
5.7.4.3. Descumprimento de “qualquer outra exigência legal” ...	152
5.7.5. A participação do Ministério Público no procedimento de homologação do plano de recuperação extrajudicial	154
5.7.6. Aspectos relevantes dos efeitos da homologação do plano de recuperação extrajudicial	165
5.7.6.1. A formação do título executivo extrajudicial e seu cumprimento forçado	165
5.7.6.2. A alienação judicial de filiais ou unidades produtivas isoladas do devedor e a sucessão das obrigações	171
5.7.6.3. Situação do plano homologado em face de futuras ações revocatórias e eventuais declarações de ineficácia de atos previstos no plano	181
5.8. A liberdade de negociação entre devedor e credores: o artigo 167 da Lei nº 11.101/2005	188
5.8.1. Introdução: o papel da autonomia privada na superação da crise econômico-financeira das empresas	188
5.8.2. Análise comparativa dos acordos privados do artigo 167 com a recuperação extrajudicial	191
5.9. Considerações finais do capítulo: o papel da recuperação extrajudicial no direito concursal brasileiro	194

CAPÍTULO 6 – PANORAMA DO DIREITO ESTRANGEIRO E INSTITUTOS SEMELHANTES À RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, 197

6.1. Introdução ao Capítulo	199
6.2. O direito estadunidense	201
6.2.1. Panorama geral do direito concursal estadunidense	201
6.2.2. <i>Workout agreements</i>	203
6.2.3. <i>Prepackaged bankruptcy</i>	206

6.3. O direito argentino	208
6.3.1. Panorama do direito concursal argentino	208
6.3.2. O acuerdo preventivo extrajudicial	210
6.4. O direito francês	213
6.4.1. Panorama geral do direito concursal francês e a reforma promovida pela <i>Loi n° 2005-845 de sauvegarde</i> <i>des entreprises</i>	213
6.4.2. <i>Mandat ad hoc</i>	217
6.4.3. <i>Conciliation</i>	219
6.5. O direito italiano	221
6.5.1. Visão geral do direito concursal italiano	221
6.5.2. O <i>accordo di ristrutturazione dei debiti</i>	223
6.6. O direito espanhol	225
6.6.1. Institutos disciplinados no direito concursal da Espanha	225
6.6.2. A <i>propuesta anticipada de convenio</i>	227
6.7. O direito português	230
6.7.1. Panorama geral do direito concursal português	230
6.7.2. O procedimento extrajudicial de conciliação	231

CAPÍTULO 7 – A RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, 235

7.1. Introdução ao capítulo: o volume de recuperações extrajudiciais levadas à homologação judicial	237
7.2. Os principais casos de recuperação extrajudicial levados ao Poder Judiciário para homologação	242
7.2.1. Caso A	242
7.2.2. Caso B	244
7.2.3. Caso C	245
7.2.4. Caso D	247
7.2.5. Caso E	248
7.2.6. Caso F	250
7.2.7. Caso G	251
7.2.8. Caso H	252

7.3. Observações acerca dos meios de recuperação utilizados e da reação do Poder Judiciário aos pedidos de recuperação	253
---	-----

**CAPÍTULO 8 – SUGESTÕES DE MODIFICAÇÃO À DISCIPLINA JURÍDICA
DA RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, 257**

CAPÍTULO 9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS, 265

Bibliografia	269
Sítios da Internet Consultados	280